

# Educação antirracista: novos olhares à luz da Lei 10.639/2003

» GERONILSON DA SILVA SANTOS

Advogado, professor universitário, doutorando em direitos humanos e cidadania na Universidade de Brasília (UnB)

A implementação de uma educação antirracista é uma questão fundamental, e a Lei 10.639/2003 é um marco importante nesse processo. A legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e tem como objetivo resgatar a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas relacionadas à história do Brasil. Ela estabelece que temas como a luta negra no Brasil, a história da África e dos africanos, a cultura negra brasileira e o papel da população negra na formação da sociedade nacional devem ser abordados obrigatoriamente em sala de aula. No entanto, esse não é um rol taxativo. Deve ser visto como uma base para explorar outras possibilidades, como a história da ciência a partir dos negros, a pedagogia negra e os ensinamentos do saber ancestral.

Esses conteúdos precisam ser integrados em todo o currículo escolar, especialmente nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira. A LDB orienta para um ensino que considera o pluralismo de ideias e respeita a liberdade. Entretanto, recentemente temos testemunhado ataques a obras literárias, como *O avesso da pele*, do escritor brasileiro Jeferson Tenório, cujas tentativas de censura têm raízes no racismo estrutural. Se não houver um processo crítico em resposta ao avanço de ideologias preconceituosas, aspectos da cultura podem ser restringidos dentro das escolas, tornando o ambiente educacional cada vez menos inclusivo.

Além disso, a educação não deve ser meramente um preparatório para exames vestibulares, deve proporcionar uma base para novos escritores, cientistas e pensadores. A educação formal não deve ser homogênea e generalizante, ela deve reconhecer e abordar as diferenças culturais e a diversidade de experiências dos alunos, especialmente daqueles que enfrentam obstáculos sociais e culturais — em sua grande maioria, negros e pobres. O modelo educacional deve promover o desenvolvimento do aluno não como um recurso para a economia capitalista, mas como ser humano integral de múltiplas necessidades e singularidades.

Para implementar uma educação antirracista eficaz, é preciso reconhecer a diversidade cultural e as necessidades sociais como parte do processo de ensino-aprendizagem. Isso requer diálogo constante com a sociedade, com educadores e com a comunidade escolar. Também é necessário fortalecer a liberdade de cátedra e oferecer uma formação adequada para os professores, com a criação de centros de desenvolvimento pedagógico para o ensino básico e superior. O recente debate no Conselho Nacional de Educação



(CNE) sobre a limitação de até 50% do tempo a distância para cursos de formação de professores é um exemplo de como a qualidade do ensino e o acesso à educação superior devem ser equilibrados.

Outro aspecto essencial é promover o desenvolvimento da autonomia do estudante para compreender o mundo de maneira mais adequada, formando alunos conscientes do papel social e das realidades desafiadoras da nossa sociedade. A abordagem educacional deve ser mais transdisciplinar e promover uma função crítica, como nos lembra bell hooks, que vê o ensino como uma fusão entre espiritualidade, corpo e mente.

Para que a educação antirracista seja bem-sucedida, é preciso um diálogo intertemporal, envolvendo tanto as gerações mais antigas quanto as mais jovens. Isso também inclui discutir o papel do Estado como produtor de leis que organizam o mundo social. O direito

afrodiáspórico deve ser apresentado como uma possibilidade de regulação que restabelece a relação entre necessidades sociais e a dinâmica do Estado. Por fim, a estrutura curricular deve ser orientada por valores que se opõem à cultura da competição e do litígio, típicos das sociedades capitalistas.

É crucial lembrar que a responsabilidade por uma educação antirracista não recai apenas sobre os ombros dos professores, mas é um compromisso de toda a sociedade. O panorama desafiador da evasão escolar, do crescimento da violência nas escolas e da falta de interesse de alunos pobres pelo ensino universitário de qualidade só pode ser abordado por meio de um esforço coletivo que transcenda as salas de aula. O ensino, para ser eficaz e transformador, deve ir além dos muros e “grades” da escola e envolver todos os setores da sociedade entre saberes que propiciem o desenvolvimento ético.

## Brasil olha para o futuro em um presente de guerras e aquecimento global

» ARNALDO JARDIM

Deputado (Cidadania-SP), foi relator do PL do Combustível do Futuro e é presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo

Um grande painel emulando uma floresta tropical, a frase impactante “Brasil Líder Mundial da Transição Energética” e a assinatura inspirada trazida de nosso hino pátrio “Gigante pela própria natureza” davam o clima exato do que passava pela mente de cada um dos presentes na Base Aérea, no último dia 8, durante a sanção do PL do Combustível do Futuro. E quem lá estava, que foi brindado com uma chuva que há muito não caía em Brasília, não eram pessoas alheias ao que estava acontecendo. Eram parlamentares, quase toda a Esplanada dos Ministérios e boa parte do setor produtivo nacional. Um grupo que acredita que o Brasil pode mais e que busca, diariamente, caminhos para que isso aconteça.

O Combustível do Futuro é a oportunidade de o Brasil — que, nos últimos anos, tem sido tão injustamente criticado e acusado de ter pouco cuidado com as riquezas naturais que dispõe — mostrar aos críticos, com humildade e altivez, que eles estão errados. Que, muito pelo contrário, somos donos da matriz energética mais limpa do planeta, sede de diversos dos principais biomas naturais, anfitrião da COP30, e temos a condição de ser o líder que guiará a todos rumo a uma Terra mais sustentável, com desenvolvimento econômico e inclusão social.

Naquele espaço amplo da Base Aérea, estavam os interessados por essa caminhada que se inicia agora. O presidente Lula, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, aliado de primeiríssima hora, e, praticamente, todo o governo. O parlamento, com a presença do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estava mostrando o compromisso do Legislativo em apoiar propostas

que signifiquem impulsionar o país. Os setores produtivos — elétrico, sucroenergético, PDI e inovação, aéreo (por conta do SAF para aviação), CNI, gestão de resíduos (por conta do biogás), equipamentos (tratores, colheitadeiras), óleo e gás, e automotivo — também estão dispostos a investir, impulsionar e transformar o Brasil em referência mundial na transição.

Como relator do PL na Câmara e presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, sei que mudanças dessa natureza permitirão ao país ganhos de competitividade e capacidade de sentar-se à mesa com qualquer país para liderar o tema da transição energética. Como vice-presidente da Frente Parlamentar pela Agricultura (FPA), vislumbro a possibilidade de estimular ainda mais uma riqueza nossa, que é o fortalecimento de fontes sustentáveis de energia, vindas do etanol e de outras biomassas tão presentes em nossa economia e tão fortes na agenda do agronegócio.

Em linhas gerais, a proposta cria uma série de iniciativas de fomento à descarbonização, mobilidade sustentável e transição energética no Brasil. Entre elas, estão a implementação do Programa Nacional do Diesel Verde (PNDV), do Programa Nacional do Bioqueiroso de Aviação (ProBioQAV), do Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano, além da criação do marco legal de captura e estocagem geológica de dióxido de carbono (CCS).

Promove ainda a integração de diversas políticas públicas, como a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), o Programa de Mobilidade Verde (Mover), o Programa

Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) e o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos (Proconve). Estabelece novos percentuais para a mistura do etanol à gasolina C e do biodiesel ao diesel, vendidos aos consumidores em postos do país.

Por que esse debate se torna estratégico neste momento? Porque a transição energética é fundamental neste instante de agudeza dos efeitos das mudanças climáticas. O Brasil, especialmente neste ano, percebeu de forma inequívoca que não adiantam algumas atitudes negacionistas em torno do aquecimento global. No início do ano, choramos com a devastação do Rio Grande do Sul, em uma enchente com dimensões trágicas jamais vistas, que devastou a economia, solapou os produtores rurais, matou quase 200 pessoas e deixou mais de meio milhão delas desalojadas e desabrigadas.

Agora, o Brasil arde com temperaturas extremas, próximas aos 40°C em tempos de inverno e primavera, projetando um verão quase apocalíptico. Mais uma vez, a Região Norte luta contra a seca, deixando rios importantes para nossa economia e famosos nos livros de geografia de nossos filhos e netos — principais vítimas a médio e longo prazo do aquecimento global — em níveis críticos.

Enquanto o mundo arde em temperaturas elevadas, sofre com chuvas e nevascas descomunais e outras nações se perdem em disputas insanas por hegemonia territorial, o Brasil, calado, planeja no que pretende se transformar e trabalhar para chegar lá. Como o próprio nome disse, esse PL é importante porque nos permite olhar para o futuro. É para lá que vamos!

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## No mundo do faz de conta

Dizem que não é o poder que parece atrair nove em cada 10 candidatos a cargos públicos em nosso país. Fosse só isso, a nação brasileira teria encontrado o paraíso na Terra. O que parece atrair os candidatos a cargos públicos em nosso país é que o poder traz consigo um outro elemento que parece buscar mais do que o Santo Graal: o acesso quase ilimitado aos recursos públicos. O poder, ao que se sabe, é uma abstração.

Muitos foram os políticos que, ao perceberem esse fato, abriram mão do poder em troca do dinheiro fácil. Os escândalos produzidos por nossa elite política ao longo das décadas confirmam que essa é uma tese pacificada e, contrariamente ao que se acredita, aceita por todos nós, como algo inerente à vida política. Muitas também foram as cenas, vistas por todos os brasileiros, nas quais políticos importantes apareciam guardando grandes maços de dinheiro em situações que nos enchiam de um sentimento de vergonha alheia.

Do outro lado do oceano, Margareth Thatcher recomendava que “nunca esqueçamos esta verdade fundamental: o Estado não tem fonte de dinheiro senão o dinheiro que as pessoas ganham por si mesmas e para si mesmas. Se o Estado quiser gastar mais dinheiro, somente poderá fazê-lo emprestando de sua poupança ou aumentando seus impostos. Não é correto pensar que alguém pagará. Esse ‘alguém’ é você”. Não há dinheiro público, há o dinheiro dos contribuintes, fato não absorvido pela maioria dos representantes do povo brasileiro.

A atração fatal que o dinheiro exerce sobre nossa classe política não tem uma explicação no mundo da racionalidade e da ética. Antigamente, no tempo de nossas avós, era costume acreditar que ao bem alheio se deviam todo o respeito e as vênias, pois ele sempre parecia chorar pelo seu verdadeiro dono.

É preciso lembrar que a política nasceu sem a necessidade de intermediação ou do poder do dinheiro. Há sempre um risco na mistura do dinheiro com a política, sobretudo quando ele é público. Aqueles que insistem em não entender essa lógica acabam unindo a ganância humana ao materialismo e à posse de riqueza, esquecendo todo o resto. Talvez isso explique por que boa parte daqueles que ocupam ou ocuparam cargos públicos situa-se nos pontos mais altos da pirâmide de renda. Nesse caso, quanto mais poder, mais largas são as avenidas que levam à riqueza pessoal. Lógico que, no meio desse caminho, há que se criar cenários que iludam a plateia, com um benefício aqui e outro acolá ou uma falsa imagem de benfeitor ou de protetor dos mais necessitados.

Com uma constatação tão crua como essa, é de se admirar que, passados tantos séculos, ainda existam aqueles que só enxergam virtudes nos políticos nacionais. Óbvio que também existem exceções em meio a essa ninhada faminta de políticos. Os observadores da cena política nacional notam que, com o passar do tempo, desfrutando das delícias que o poder propicia, os eleitos pelo povo mudam de figura. Passam a engordar, ficam com a pele mais brilhante, mudam o guarda-roupa e vão adquirindo uma feição ou caricatura mais próxima àquela mostrada pelos ricos de nascença.

Mas, vistos de perto, esses personagens apresentam o que são: uma embalagem vazia. Nossa classe política é formada, em sua maioria, por sibaritas convictos. Não só eles, como também os altos funcionários do Estado, todos devidamente dotados de blindagem contra as bisbilhotices dos curiosos pelo odioso foro de prerrogativas de função.

Com essa armadura, livram-se das maldições alheias e dos rigores das leis. Toda essa preleção vem a propósito de uma constatação simples e básica: o dinheiro, ou pelo menos as malas de dinheiro, tem feito muito mal à nossa classe política. A começar pelos fundos públicos partidários e eleitorais. Mal-acostumados à fartura de dinheiro público, nossos representantes não conseguem nos representar, sendo apartados da população e conduzidos para o mundo da fantasia e do faz de conta.

### » A frase que foi pronunciada

“A paciência é uma virtude, exceto quando se trata de separar os inconvenientes”

Margaret Thatcher

### Beleza BSB

» Amigas entusiasmadas vendo a folhagem rosa de cor aveludada das sapucaias no Eixão. Poucas pessoas sabem, mas as castanhas são muito saborosas.

### » História de Brasília

Brasília entra hoje em seu terceiro ano de vida. Vamos esquecer suas mazelas por enquanto, e mostrar o outro lado também. Vamos lembrar o rush dos tempos de sua construção. No auge das obras, os caminhões da Novacap rodavam, por dia, o equivalente a duas vezes a volta da Terra. (Publicada em 21/4/1962)